

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011 – NÚMERO 20:

Aos 25 dias do mês de Outubro do ano de dois mil e onze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária no Auditório do edifício dos Paços do Município. Compareceram Mário Fernando Atracado Pereira, Presidente da Câmara, Carlos Jorge Pereira, Sónia Isabel F. Sanfona Cruz Mendes e Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, Vereadores.

O Presidente da Câmara deu início à reunião eram 21 horas e 32 minutos.

Assinalou-se a ausência do Vereador Mário Manuel Pereira Peixinho.

MOVIMENTO DE FUNDOS

Foi apresentado o resumo diário da tesouraria do dia 24 de Outubro de 2011.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Vereadora Sónia Sanfona verificou que se está a proceder à colheita das azeitonas no olival junto do Complexo Desportivo e perguntou, por isso, se esse olival é propriedade da Autarquia e, no caso de a resposta ser afirmativa, quem é que anda a fazer a colheita e em que moldes.

Relativamente às alterações dos nomes de rua, a Vereadora pretende saber qual é o procedimento adoptado pela Autarquia relativamente aos custos que os moradores têm de suportar para alterarem a morada na sua documentação pessoal, bem como para informarem os seus correspondentes habituais da alteração.

A Vereadora Regina Ferreira afirmou que lhe fizeram chegar a informação de que existiam esgotos a correr directamente para a Vala, pelo que pretende saber se esta informação corresponde à verdade e o que é que a Autarquia sabe sobre esta matéria. Informaram também a Vereadora que na zona da Guarita começaram a fazer trabalhos de terraplenagem do terreno mas que deixaram a empreitada incompleta, ao ponto de ainda hoje se encontrar no local um grande monte de materiais destinados à terraplenagem do desnível aí existente. Perguntou, pois, o que se passa com essa obra. Por último, a Vereadora perguntou pelo plano de actividades da Casa dos Patudos, assunto que recorrentemente aborda nas reuniões de Câmara mas que nunca chegou a ser apresentado.

O Presidente passou a responder às questões que lhe foram colocadas. Em relação à colheita das azeitonas, o Presidente explicou que a prática corrente, já de alguns anos a esta parte, é entregar a tarefa a particulares que ficarão com parte da recolha e a outra reverteria para a Autarquia. O terreno que fica por trás do edifício da Fundação José Relvas é da responsabilidade da AgroAlpiarça, e é essa cooperativa que estabelece os contratos da recolha da azeitona. Já o terreno junto ao Complexo Desportivo é da Autarquia e o Presidente não tem notícia de que lá se proceda à recolha da azeitona.

O Vereador Carlos Pereira acrescentou que normalmente fica estipulado que quem procede à colheita das azeitonas fica encarregue de limpar as árvores, a fim de que os despojos não prejudiquem a relva e de que a árvore possa continuar a crescer normalmente.

O Presidente explicou ainda que essa situação se insere no âmbito da indefinição relativamente à AgroAlpiarça e está por isso dependente da solução que se encontrar para a cooperativa. De qualquer forma o Presidente comprometeu-se em inteirar-se mais concretamente do assunto e informar a Vereadora.

No que respeita aos procedimentos para a alteração do nome de ruas, o Presidente explicou que quando se abordou primeiramente a questão da alteração do nome da rua Marechal Spínola teve-se a preocupação de que as dificuldades inerentes aos aspectos práticos de alteração de morada fossem atenuadas pela Autarquia. A Câmara procurou abordar a proposta de alteração junto dos moradores para aferir da sua sensibilidade à mudança. Dessa abordagem resultou apenas uma objecção por parte de um agregado familiar, pelo que se decidiu avançar com a alteração. Relativamente aos encargos com as despesas de alteração dos documentos dos moradores, a Autarquia vai ver de que forma pode contribuir para aligeirar a oneração dos munícipes e trará posteriormente a proposta à reunião de Câmara.

A Vereadora Sónia Sanfona partilhou a opinião de que a Câmara devia sobretudo informar os moradores de todos os procedimentos que devem adoptar para regular a sua situação face à alteração a que se vai proceder.

A Vereadora Regina Ferreira acrescentou que entende que a consulta aos moradores e a avaliação dos custos e encargos que a alteração comportava devia ter acontecido antes de a proposta ter sido apresentada em Reunião de Câmara.

A Vereadora Sónia Sanfona reiterou que a sua preocupação se prende sobretudo com a oneração financeira que afectará os moradores e que decorre de uma decisão política da Autarquia. Não parece legítimo à Vereadora que os moradores tenham de custear a alteração da designação da rua.

O Presidente esclareceu que, havendo enquadramento legal para o fazer, a Autarquia vai assumir a responsabilidade pelas despesas com a alteração de dados na documentação dos moradores.

Relativamente à questão dos esgotos a correr directamente para a Vala, o Presidente explicou à Vereadora que há esgotos a correr directamente para a Vala desde que há sistema de esgotos. Inicialmente todos os esgotos eram descarregados sem tratamento na Vala e mesmo depois da construção das estações elevatórias e da ETAR, e até há duas semanas atrás, alguns esgotos desaguavam directamente na Vala. Neste momento, descontando eventuais ligações clandestinas, os esgotos estão oficialmente ligados à ETAR através do percurso que fazem pelas estações elevatórias, com excepção do Casalinho, cujo esgoto corre directamente para o Vale da Atela. Essa situação deve ser corrigida nos próximos dois anos, já que está prevista uma intervenção por parte das Águas do Ribatejo.

Quanto ao problema na zona da Guarita, o Presidente explicou que a obra se deveu à necessidade de escoar a água de um caminho público que tinha sido inundado por falta das valinhas naturais que lá existiam e que deviam ser cuidadas pelos proprietários dos terrenos. Tratou-se portanto de uma intervenção de recurso. Quanto ao facto de as obras não terem tido seguimento, o Presidente e o Vereador Carlos Pereira, actual titular dessa pasta, vão inteirar-se da situação.

Relativamente ao plano de actividades da Casa dos Patudos, o Presidente informou que o Dr. Nuno Prates já lhe fez chegar uma proposta de plano, mas que ainda não tinha tido disponibilidade para o analisar. De qualquer forma, a ideia era fazê-lo até à reabertura da Casa e incluí-lo no plano de actividades para 2012 e no Orçamento a fim de serem discutidos em Reunião de Câmara e, posteriormente, na Assembleia Municipal. Ainda relativamente à Casa dos Patudos, o Presidente informou a Câmara que se procederá à reabertura do Museu no dia 31 de Outubro com novo circuito museológico.

Por último, o Vereador Carlos Pereira informou que a situação evocada pela Vereadora Regina Ferreira na última Reunião de Câmara acerca da cobertura de uma estação de serviço que escoava para o terreno de um vizinho já está em vias de se resolver.

ORDEM DO DIA

EXPEDIENTE:

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:

VÁRIOS:

- Agrupamento 1301 – Alpiarça – Agradecimento.

Tomou-se conhecimento.

- Município de Alpiarça – Gabinete de Acção Social – INF. INT. Nº 108/AS/2011 – Parecer sobre pagamento de dívida da CAF.

Tomou-se conhecimento.

- Município de Alpiarça – Gabinete de Acção Social – INT. INT. Nº 109/AS/2011 – Informação sobre Liga Portuguesa contra a SIDA.

Deliberado por unanimidade ratificar a proposta do Presidente de contribuir para esta instituição com um donativo no valor de quinze euros.

DIVISÃO DE OBRAS PLANEAMENTO E URBANISMO

- Município de Alpiarça – Proposta “Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de via pública para exploração de um posto de abastecimento de combustíveis líquidos, de gases de petróleo liquefeitos (GPL) e área de serviço”.

Deliberado por unanimidade aprovar a minuta de contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de via pública para exploração de um posto de abastecimento de combustíveis líquidos, de gases de petróleo liquefeitos (GPL) e área de serviço.

- Município de Alpiarça – Gabinete Técnico – Auto de recepção provisória – Obras de Urbanização: Operação Urbanística de Loteamento Nº 2/2010 – Alvará Nº 3/2010.

Deliberado por unanimidade aprovar o auto de recepção provisória da obra Operação Urbanística de Loteamento Nº 2/2010 – Alvará Nº 3/2010, com libertação de caução de 90%, de acordo com parecer técnico.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- Município de Alpiarça – Primeiro Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro.

O Presidente explicou que esta prestação de contas decorre do enquadramento legal do Plano de Saneamento Financeiro que obriga à apresentação semestral de um relatório de acompanhamento da execução. Em traços gerais, o Presidente informou que do empréstimo contratado ao banco Santander, no valor 6.135.546,00€, estão neste momento utilizados 4.265.000,00€. No entanto, ao longo destes 6 meses a Autarquia pagou 5.584.106,00€ de dívida. Esta discrepância entre a aplicação do dinheiro do empréstimo e o total da dívida abatida justifica-se na disponibilidade que a tesouraria da Câmara tem tido, decorrente de uma gestão muito criteriosa, para ir avançando com pagamentos e evitando assim a aplicação de juros.

No que diz respeito à contenção de despesas com o pessoal, o Presidente informou que ainda em 2010, antes da aprovação do Plano de Saneamento, foram tomadas medidas de contenção nessa área, e que essas medidas foram consubstancializadas em 2011, tendo-se atingido uma redução de 30% no trabalho extraordinário e 5% para as despesas variáveis. O Presidente acrescentou contudo que esta é uma área em que

difícilmente se conseguirá acentuar a tendência de redução de despesa, dado que a estrutura de pessoal da Autarquia é insuficiente e o trabalho extraordinário acaba por ter de garantir o funcionamento regular da Autarquia, sobretudo ao nível do corpo de Bombeiros Municipais.

Relativamente à redução da despesa corrente, foram também implementadas algumas medidas, sobretudo através da adesão do Município à Central Electrónica de Compras da CIMLT e ao lançamento, em conjunto com os outros municípios da CIMLT, do concurso internacional para seguros e comunicações. Entretanto está também a ser implementado um sistema de contabilidade de custos que trará alguns benefícios ao nível da contenção da despesa.

Quanto aos juros e juros de mora, o Presidente esclareceu que o pagamento de dívida veio reduzir significativamente o encargo da Autarquia com esta despesa, redução para a qual contribuíram também as negociações que a Autarquia tem tido junto das empresas credoras do Município.

No que respeita à maximização da receita, para além de os impostos serem taxados no tecto máximo, opção que de resto já era praticada pelo anterior Executivo e que tem continuidade neste por imposição legal decorrente da aplicação do Plano de Saneamento, optou-se também por proceder a uma actualização da tabela de taxas e licenças ao abrigo de um estudo de fundamentação económica e financeira. Foi alienado também algum património, conquanto o momento que vivemos não seja o mais propício a essa prática.

A terminar, o Presidente adiantou que até ao momento está liquidada 91% da dívida que foi inscrita no Plano de Saneamento, sendo que os 9% restantes prendem-se com situações que envolvem desde processos de insolvência de empresas à dívida à ADSE, que não teve cabimento no Orçamento de 2011.

A Vereadora Regina Ferreira pediu alguns esclarecimentos relativamente a alguns valores constantes no documento. Os esclarecimentos foram prestados pelo Adjunto do Presidente, José Marcelino.

A Vereadora Regina Ferreira perguntou em seguida se, em síntese, na opinião do Executivo, os valores constantes no relatório dão resposta para já àquilo que se pretendia com a implementação do Plano de Saneamento Financeiro.

O Adjunto do Presidente, José Marcelino, respondeu afirmativamente, conquanto os novos cortes do Governo não previstos inicialmente não sejam benéficos para o saneamento financeiro da Autarquia, pelo que terá de se fazer mais cortes na despesa ou alienar mais património para colmatar este agravamento dos cortes nas transferências do poder central para a Autarquia.

A Vereadora Sónia Sanfona pretendeu saber como é que neste momento a Secretaria de Estado da Administração Local entende e trata os planos de saneamento financeiro que estão em curso, isto é, se existe ou não um entendimento de continuidade relativamente ao que vinha do Governo anterior. Entende a Vereadora que, havendo novo Governo, não seria despidendo saber se este Governo tratará os municípios que têm em execução um plano de saneamento financeiro da mesma forma que os outros municípios ou se pretende afectar alguma espécie de regime de excepção. Porque não pretendendo efectuar alterações, coloca-se desde logo a incongruência ao nível da concordância destes planos com as medidas previstas no Orçamento de Estado, que prevê ao nível dos Municípios, entre outras coisas, a diminuição do tecto limite de endividamento (o que provoca constrangimento às previsões que estão a ser

apresentadas neste relatório), e a redução de pessoal na ordem dos 5%, no que representa um ataque sem precedente à autonomia do poder local. A Vereadora aproveitou inclusivamente para repudiar as medidas previstas no Orçamento de Estado que prevêm por exemplo que o Presidente da Câmara seja obrigado a obter autorização por parte do Ministro das Finanças ou do Secretário de Estado da Administração Local para contratar um simples funcionário. Considera a Vereadora que estas medidas não têm precedentes na democracia portuguesa, no que representam um total desrespeito por aquilo que tem sido o poder local em Portugal.

A Vereadora perguntou em seguida se o Presidente já ponderou as implicações que estes cortes e estas medidas orçamentais terão na própria execução do Plano de Saneamento e, por outro lado, atendendo ao momento que o país vive, atendendo à previsão do aumento de desemprego, atendendo ao momento difícil que muitas famílias vivem e tendo a Câmara a obrigação de cumprir com as normas do Plano de Saneamento Financeiro, se o Presidente já ponderou se existe ou não margem para a Câmara dedicar uma atenção especial às pessoas mais carenciadas e fragilizadas pela crise. Perguntou ainda se essa atenção especial não poderá passar, por exemplo, por ser a Câmara a fazer alguns sacrifícios, designadamente ao nível dos montantes das taxas e dos impostos. A Vereadora está consciente que o Plano de Saneamento obriga à adopção dos tectos máximos, mas entende que há uma alteração estrutural do país e é importante que as Autarquias consigam responder aos desafios que essa alteração vem lançar.

Por último, a Vereadora perguntou quando é que se podia esperar a implementação do sistema de contabilidade de custos. Entende a Vereadora que se trata de uma medida importante que vem assegurar um maior rigor no controlo das transacções financeiras. O Presidente começou por afirmar a sua total concordância com algumas das opiniões expostas pela Vereadora Sónia Sanfona, acrescentando que elas vão também ao encontro da própria tomada de posição da Associação Nacional de Municípios quanto às novas medidas que o novo Governo pretende implementar, novas medidas essas que o Presidente apelidou de catastróficas. Quanto a se houve uma avaliação rigorosa da nova situação, o Presidente explicou que se está a trabalhar com dados muito recentes, pelo que não houve ainda oportunidade de prever todas as implicações das novas disposições e muito menos para ajustar o plano inicial a esta nova circunstância. Já quanto ao entendimento do novo Governo sobre a situação das Autarquias com planos de saneamento financeiro a decorrer, o Presidente afirmou também não estar na posse de dados que ajudem a esclarecer a tomada de posição da nova maioria. O Presidente referiu que os municípios não estão na posse desses dados, constatando que as medidas orçamentais propostas são demasiado penosas para os municípios, entidades que não são as responsáveis pelo desequilíbrio orçamental do país, na linha, de resto, do que vinha já sendo praticado pelo anterior Governo do Partido Socialista.

A Vereadora Sónia Sanfona afirmou que está consciente que os cortes aos municípios têm vindo a aumentar, mas argumentou que, tendo em conta a situação que estava em cima da mesa, eram medidas que se impunham. Acontece que a decisão de o orçamento ir bastante para além do que foi acordado inicialmente com a troika é uma decisão do actual Governo, para além de que o actual Governo se baseia num alegado desvio para pedir esse aumento de sacrifício, mesmo que ainda não tenha esclarecido que desvio é esse. Ora, tudo leva a crer que esse desvio parece resultar da execução orçamental deste último semestre, já sob a gestão do actual Governo. A Vereadora

esclareceu que a sua questão visava perceber a sensibilidade do Presidente relativamente à especificidade dos casos dos municípios com planos de saneamento em execução face às novas medidas. Perguntou de novo a Vereadora se a Câmara tem a garantia do actual Governo de que aquilo que assumiu em termos de Plano de Saneamento vai poder ser cumprido ou se os pressupostos vão ter de ser alterados tendo em conta a nova conjuntura.

O Presidente afirmou partilhar da mesma preocupação e comprometeu-se em tentar agendar uma reunião com o Secretário de Estado. Em todo o caso, lembrou que todas as medidas tomadas pelos sucessivos governos contra as autarquias já obrigam os municípios a adoptarem medidas excepcionais, mesmo os municípios com finanças mais saudáveis do que o de Alpiarça. É a própria Associação Nacional de Municípios que alerta em comunicado para a probabilidade de haver em 2012 muitos mais casos de municípios a necessitarem de pedirem empréstimos de saneamento financeiro. Estamos pois a chegar a uma situação em que a normalidade é que é a excepção e a regra passará a ser os municípios com necessidade de medidas excepcionais. De qualquer forma, parece ao Presidente à primeira vista que as propostas do Orçamento de Estado não consideram os municípios com planos de saneamento financeiro em curso como situações excepcionais, pelo que esses municípios terão de se conformar à lei.

A Vereadora Sónia Sanfona argumentou que, estando o município com um plano de saneamento financeiro em curso, e portanto condicionado naquilo que é a sua capacidade de endividamento para poder fazer eventuais investimentos, este agravamento orçamental decorrente das novas medidas do Governo vai condicionar de forma brutal a acção de qualquer Executivo. Se com o plano de saneamento já deixava uma margem muito reduzida para investimento, a nova circunstância veio interditar a possibilidade de qualquer executivo nos próximos tempos criar condições para haver investimento em Alpiarça.

Em relação aos problemas do desemprego e das dificuldades das famílias, será, argumentou o Presidente, uma área de difícil intervenção por parte das autarquias, até porque não cabe ao poder local resolver os problemas de cada um dos munícipes ao nível do emprego. No entanto a Câmara de Alpiarça estará atenta aos problemas sociais que o desemprego possa criar às famílias mais desfavorecidas através de programas da Acção Social. Quanto à capacidade de investimento, o Presidente reconheceu que é um facto que a conjuntura actual não é nada propícia a augurar melhores dias nesse campo nos tempos mais próximos.

A Vereadora Sónia Sanfona reiterou que a situação das famílias é cada vez mais complicada e que o problema se vai impor em 2012 de forma bastante acentuada. Reconheceu que a vocação dos municípios não passa exclusivamente pela solidariedade social, mas adiantou que a situação que se adivinha nos próximos tempos convoca os executivos municipais a serem mais sensíveis e criativos nessa área. A Vereadora sugeriu que, por exemplo, se recorresse a alguma campanha de voluntariado, de cujo esforço conjunto pudesse resultar melhoria das condições de vida para as famílias mais desfavorecidas.

O Vereador Carlos Pereira afirmou que, em conjunto com o Gabinete de Acção Social, essa solução já está a ser estudada. Respondeu ainda à questão sobre a Contabilidade de Custos, sistema que será implantado em Abril.

Posto à votação o relatório foi aprovado por maioria com duas abstenções das vereadoras Sónia Sanfona e Regina Ferreira.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, era meia-noite, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

E eu, Maria do Céu Augusto, a exercer as funções de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, servindo de Secretária, a redigi e assino.